

## **O jornal “Versus” na transição democrática brasileira: (1975-1979)**

Roberto da Silva Rodrigues – Mestrando em História Social - UEL

A comunicação para a qual este texto realiza-se é resultado de um trabalho de conclusão do curso de licenciatura em História, defendido no ano de 2011 pela Universidade Estadual de Londrina, intitulado, “O jornal alternativo ‘Versus’ na transição democrática brasileira – 1975/1979”. O objetivo da pesquisa foi analisar alguns aspectos de como o debate sobre a transição democrática apresentou-se no periódico.

A fonte primária da pesquisa foi, portanto, o jornal “Versus”, posteriormente utilizada também em outro trabalho resultante do curso de especialização em Patrimônio e História, pela mesma universidade, no ano de 2012, defendido em maio de 2013, no qual foi apresentado um artigo como trabalho final do curso de pós-graduação. Do trabalho defendido em 2011 para o de 2013, apesar de utilizar a mesma fonte, diferencia-se, entre outras coisas, o campo teórico de investigação historiográfica. No primeiro trabalho, a problematização girou em torno de uma temática mais direcionada para a histórica política, enquanto no segundo, o campo teórico foi o da cultura material e do patrimônio histórico. Portanto neste texto, trataremos da dimensão política, foco da análise do primeiro trabalho.

Francisco Carlos Teixeira da Silva escreve em sua obra que com a crise da ditadura militar inicia-se a abertura política como um projeto de poder (SILVA – 2007). Várias forças sociais realinhavam-se em organizações políticas distintas para exigir o fim do regime militar. A socióloga Maria José de Rezende, por sua vez, elucida como a transição democrática, com o fim do regime militar, representou a continuidade de um processo de dominação, (REZENDE – 1991).

O período de existência do jornal faz parte da fase inicial do debate sobre a redemocratização – 1975 a 1979. Alguns acontecimentos políticos marcaram, na história oficial, o fim do regime militar e o retorno ao estado de direito com a eleição indireta do primeiro presidente civil, desde o golpe militar em 1964, e a Assembleia Constituinte de 1988. Contudo, o conjunto de ações que configuram a transição democrática compõe várias fases de acontecimentos políticos.

Neste contexto, *Versus* é um dos jornais a defender a criação do Partido Socialista, que mais tarde viria a ser o Partido dos Trabalhadores (PT). Essa posição torna-se clara em “*Versus*” pela influência, no jornal, da organização trotskista, Convergência Socialista.

Na edição de fevereiro de 1978, é publicado em editorial que o jornal havia mudado em decorrência das alterações no cenário político brasileiro e internacional e que “*Versus*” precisava passar da crítica a debates políticos propositivos. As mudanças de “*Versus*” podem ser observadas já nas duas capas anteriores, em que a edição nº 16 apresenta a manchete *Por uma nova oposição* e a de nº 17 *O partido socialista está nascendo*, capa de 1977.

O recorte espaço-temporal se situa no Brasil, no período de 1975 a 1979 amparados por um recorte historiográfico de autores que priorizamos em nossa análise, tendo como fonte primária o periódico “*Versus*” e o recorte teórico-metodológico das contribuições de Maria Helena Capelato no livro *Imprensa e história do Brasil* (1988):

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partido desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social. (CAPELATO, 1988, p 21)

Para Capelato, a análise desse documento exige que o historiador estabeleça um constante diálogo com as múltiplas personagens que atuam na imprensa de uma época. Desse diálogo resulta uma história mais viva, mais humana e mais rica, bem diferente da história preconizada pela corrente tradicional de cunho positivista.

A análise da fonte-jornal pressupõe a realização dessa tarefa. Ao invés de se perguntar se as idéias e informações nela contidas são verdadeiras ou falsas, procura-se antes saber: quem produziu o jornal? Para que? Como e quando? (CAPELATO, 1988, 24)

A concepção sobre a imprensa como fonte e objeto da história é um dado recente. Capelato esclarece que nas duas primeiras décadas do século XX os historiadores brasileiros suspeitavam do jornal enquanto documento histórico, ou o enalteciam como repositório da verdade. Isto viria a ser alterado por iniciativas de se repensar problemas, abordagens e objetos da história.

### **Transição democrática como resposta para a crise do regime**

A transição lenta, gradual e segura, preconizada pelo quarto presidente militar, Ernesto Geisel representou uma saída conciliatória de transferência de poder para os representantes civis. Embora o movimento de massas pelo fim do regime militar tenha ganhado as ruas na década de 80, no plano institucional prevaleceram as alternativas conciliatórias que atraíram a oposição moderada:

Não era apenas o PMDB que se encontrava próximo a essa proposta, mas também o PP. A defesa da conciliação nacional foi encampada não só por partidos tidos como oposição que tinha nas suas fileiras os descontentes situacionistas, mas também por amplos setores da classe dominante, que não se sentiam representados nos partidos. (REZENDE, 1991, p 152)

A transição democrática brasileira pode ser entendida como a solução apontada para o esgotamento do regime militar pelo agravamento de impasses, tensões e contradições do modelo social e político que vigorou desde o golpe em 1964. Para a socióloga Maria José de Rezende tratou-se de um processo em que os setores empresariais e os militares tentaram executar com total controle para evitar os perigos e radicalismos das oposições.

Naquele momento, era claramente detectável que se ensaiava uma redefinição política a nível das alianças estabelecidas. A conciliação acabava por desmascarar o significado da transição democrática. Os acordos absolutamente comprometidos e enraizados na prática política da ditadura demonstravam que 'o ideal de restaurar a democracia no Brasil' possuía evidentemente teor mistificador e propagandístico; e a busca de condições seguras para a prática democrático-burguesa se realizava de fato, através da ditadura [...] (REZENDE, 1991, p 152)

Segundo a autora o esgotamento do regime militar evidenciou as divisões existentes no bloco do poder por parte dos setores que desde o golpe estavam descontentes com a sua participação política, seria o caso de uma elite empresarial brasileira menos desenvolvida e crítica do favorecimento que o regime militar dava ao capital estatal e estrangeiro e, também, crítica ao fim do ciclo de crescimento do milagre econômico, estando ainda descrente com as capacidades do governo de fazer a economia voltar a crescer.

Para Francisco Carlos Teixeira da Silva a defesa da redemocratização brasileira ganha maior espaço no debate político nacional com o isolamento do regime militar. Silva aponta quais os atores e condicionantes externos e internos que teriam influenciado este processo.

Como fatores externos o autor aponta as denúncias em fóruns internacionais sobre torturas e desaparecimento de presos políticos no Brasil. Os EUA seriam uma das nações a proferir críticas ao modelo de regime brasileiro. Esta postura estadunidense deveu-se por mudanças no paradigma de sua política externa. Outro fator apontado é a crise do petróleo e a Guerra do Yom Kippur em 1973. A derrota na guerra do Vietnã e a crise política com o Escândalo de Watergate contribuíram para uma mudança estratégica

americana acompanhada da eleição de Jimmy Carter, em 1976, adotando um governo com uma imagem mais humanista e defensora da causa democrática já que seu prestígio internacional estava abalado. (SILVA, 2007, p. 251)

No caso dos fatores internos Silva aponta o crescimento parlamentar da oposição com as eleições de 1974 e as manifestações políticas como a defesa da anistia por setores populares. O fim do milagre econômico seria outro componente da crise do regime, mas o autor entende que este não foi um fator que teria provocado em si a crise política do regime. Francisco Carlos Teixeira da Silva escreve que outras tentativas de reconstitucionalização do regime forma ensaiadas pelos militares;

O processo da abertura política no Brasil, entre 1974 e 1985, foi precedido de outros ensaios de reconstitucionalização do regime tentado pelo poder militar e malogrados. Nas sucessões de Castelo Branco, em 1967, e de Médici, entre 1973 e 1974, esboçaram-se propostas de abertura política que foram rapidamente descartadas.”(SILVA, 20074, p 256)”.

No final da década de 1970 temos o aumento dos movimentos grevistas e o surgimento de forças populares organizadas como expressões de grandes movimentos de massas que exigem melhorias nas condições de vida. Neste caso, muitas reivindicações eram combinadas com a defesa da redemocratização do país, é o caso da bandeira da anistia, ampla geral e irrestrita.

### **Características do jornal “Versus”**

O Jornal era produzido em formato tabloide, com folhas em tamanho de 37 cm por 55 cm, com quarenta e quatro páginas em média. As capas são coloridas e as matérias em branco e preto.

O surgimento do jornal acontece em meio ao “boom” dos alternativos no período e, apesar das dificuldades financeiras, algumas inovações tecnológicas favoreceram a proliferação deste tipo de mídia, é o

caso da utilização do papel off-set nas gráficas de impressão. A sede de *Versus* localizava-se na Rua Oscar Freire, número 2271, em Pinheiros São Paulo. Inicialmente sedo distribuído de mão- em - mão e vendido nas bancas de jornal.

O baixo custo da impressão *off-set* e o serviço de distribuição implantado pela Editora Abril estimularam o surgimento de jornais alternativos com projetos nacionais. Para isso, entretanto, necessitavam de uma tiragem mínima de 25 mil exemplares, sabidamente um número invendável, além de ter que deixar com a distribuidora 40% da receita. Sem um sistema organizado de assinaturas e contando com pouca ou nenhuma receita publicitária, o privilégio da presença nacional era sinônimo de prejuízo. (CANDIDO, 2008, p 26)

Segundo Bernanrdo Kucinski, o núcleo inicial e fundador de “*Versus*” era composto por Marcos Faerman, Moacir Amâncio, que trabalharam juntos no jornal alternativo *EX*; por Omar de Barros Filho e João Vieira. Sem capital inicial o grupo assina promissórias na gráfica de Pinheiros e lançam o primeiro número em outubro de 1975, a eles viria a se juntar Caco Barcellos, que com Omar de Barros Filho, foi um dos fundadores da cooperativa de jornalistas de Porto Alegre, a *COOJORNAL*. (KUCINSKI, p. 193 – 1991). Como Bernardo Kucinski apresenta:

De visual dramático, transmitindo ao mesmo tempo beleza e tensão, valendo-se de todos os recursos, do quadrinho à foto, *VERSUS* difere esteticamente de tudo o que já havia sido feito antes na imprensa alternativa. Com a capa em couchê e as cores, sempre forte e atraente, *VERSUS* era também um objeto bonito, uma iconografia da política e da história. Um de seus principais artistas gráficos vivia assumidamente a cultura da droga, e valia-se das experiências como novos modos de percepção para a criação gráfica da revista. (KUCINSKI, p. 194 – 1991).

Portanto, uma das características marcantes do jornal “Versus” é sua riqueza estética com repercussões na diversidade temática. Embora o jornal procurasse negar o que ele mesmo chama de “intelectualismo” o debate filosófico e artístico está presente em todo o periódico, talvez a fuga do “intelectualismo” deu-se mais na procura de uma linguagem própria.

### **Aspectos sobre o debate político da transição democrática no jornal “Versus”.**

Neste tópico veremos quais elementos são introduzidos a respeito do processo político no Brasil. Quais os temas destes debates e a relação com a transição democrática. Uma das edições que apresenta de maneira explícita essa questão é a número dezessete trazendo na capa O Novo Partido Está Nascendo.

Nesta edição o editorial comenta que três textos discutem a questão nacional: uma entrevista do deputado “autêntico do MDB” Chico Pinto concedida a Omar de Barros Filho, um depoimento do sociólogo José Álvaro Moisés; e a entrevista de Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o editorial estava na ordem do dia nos meios culturais e políticos a criação de um novo partido socialista. O editorial comenta que dois pontos de vista estariam divididos sobre a criação de um novo partido com a aproximação das eleições de 1978, a de que o novo partido deveria ser trabalhista e a outra a de que ele deveria ser socialista.

Estas posições eram difundidas ainda dentro do antigo MDB por meio de boletins internos das tendências que o compunham e também de debates políticos intelectuais e populares dos movimentos pela redemocratização.

O editorial faz a crítica à movimentação de criação do partido trabalhista, pois considera que apenas um partido socialista seria capaz de representar os interesses dos trabalhadores. Nesta perspectiva anuncia que

nas próximas edições seriam publicados depoimentos e análises sobre o trabalhismo e o populismo para continuar a análise dos caminhos da oposição.

Chico Pinto analisa também a política internacional observando a tática estadunidense de apresentar-se mais sensível aos problemas internacionais para recuperar a imagem de democrático como no caso dos direitos humanos, bandeira defendida por Jimmy Carter. Pinto comenta sobre os processos de redemocratizações e fala que 'toda vez que o capitalismo se encontra ameaçado, prefere sacrificar as liberdades, que são consideradas abstrações para preservar a propriedade'.

Já o sociólogo José Álvaro Moises se propõe a debater os impasses das oposições frente à redemocratização, que na sua visão, estão no limite das teses liberais de impor restrições as arbitrariedades do Estado. Neste sentido o autor questiona o porquê de reivindicar uma Constituinte e que tipo de democracia seria necessária.

A análise de Moisés refere-se a incapacidade dos autênticos do MDB em representar uma alternativa de projeto dentro do próprio MDB e na sociedade brasileira, transformando o apoio eleitoral recebido em 1974 em apoio orgânico que ligasse o conjunto da oposição. Com esta situação o autor comenta que não estaria colocado o rompimento com a frente democrática representado pelo MDB, mas que a crise deste dava espaço para as propostas de criação do partido trabalhista e do partido socialista. Moisés comenta que não se deve temer a criação de dois partidos ligados à classe trabalhadores, pois na sua avaliação o perigo maior estava no populismo.

Na entrevista que Fernando Henrique Cardoso concede a Cristina Ribeiro e a Neusa Maria Pereira na página nove, Cardoso defende a criação de um amplo bloco político, uma "confederação de movimentos sociais" e também comenta o processo de transição democrática o qual não deveria ser confundido com redemocratização por levar a uma democracia restrita.

Para o Cardoso as possíveis voltas do habeas corpus e da liberdade de imprensa representavam frutos ainda que insuficientes da luta contra o

arbítrio sendo que no plano das reformas institucionais o governo do general Geisel deixava a desejar.

As críticas de Fernando Henrique Cardoso dirigem-se ao Pacote de Abril e à lei Falcão. Medidas do governo que retrocederiam o quadro de vantagem que o MDB conquistou desde as eleições de 1974 pelo avanço parlamentar. Analisa também que seria preciso ligar a questão mais geral da Constituinte e do Estado de Direito com as reivindicações sociais e econômicas. Comenta ainda ser favorável a criação de um movimento dos assalariados, mas se mostra cauteloso frente à proposta de um partido dos trabalhadores.

Na edição número dezoito; Marcos Faerman produz a reportagem os planos de Leonel Brizola a respeito das articulações por um novo PTB. A reportagem visa reconstituir o pensamento de Brizola sobre o momento nacional. Nesta entrevista os *Porta-vozes de Brizola* analisam que no processo político do momento o novo trabalhismo deve fazer avançar gradativamente para o socialismo democrático e se afastar da tutela paternalista que o teria caracterizado no passado.

A entrevista também apresenta o estudo de Miguel Bodea sobre o PTB gaúcho no qual analisa a distinção frente ao populismo do resto do país. Ainda nesta reportagem, o deputado Murílio Ferreira Lima apresenta em resumo as teses para o novo PTB. O debate acaba sendo levado a uma discussão regionalista. Na página sete, na reportagem de Rui Veiga, encontramos outra matéria sobre a reorganização do PTB. Esta reportagem debate o processo de diversas reuniões que estavam sendo realizadas em São Paulo com o propósito de deflagrar um amplo movimento trabalhista nacional. Leonel Brizola é tachado como caudilho pelos paulistas.

Para os trabalhistas paulistas o novo PTB deveria penetrar nas massas, sendo um pólo aglutinador dos setores populares. Algo que poderia ser um tanto contraditório é que os paulistas contavam com membros vinculados à secretaria do trabalho, Euzébio Rocha, entende que esta

característica do antigo trabalhismo precisaria ser superada para evitar o perigo do servilismo. Rocha denuncia que o ministério do trabalho estaria organizando, junto às entidades sindicais, um PTB oficial para dar apoio ao sucessor de Geisel.

Euzébio Rocha defende que o verdadeiro PTB deveria aglutinar a tradição trabalhista de outros estados colocando abertamente o seu caráter democrático e popular, sem, contudo apresentar a questão do socialismo e da propriedade privada. Ele conclui afirmando que naquele momento, 1978, não era hora de novos partidos e que a luta democrática ainda se fazia pelo MDB até o fim do bipartidarismo.

As edições especiais para distribuição em atos públicos possuem um perfil diferente das edições bimestrais, apresentando uma diagramação mais simples com linguagem direta, sem o abuso das metáforas.

A edição especial, de julho de 1978, critica a Frente Nacional de Redemocratização. Esta seria uma opção de governo burguês que apesar de mais democrático não resolveria os reais problemas do povo brasileiro. Para a Convergência Socialista o isolamento do governo ditatorial, a crise interburguesa seriam brechas para a instauração de um governo dos trabalhadores. A edição especial de outubro de 1978 chama o voto dos trabalhadores para os candidatos socialistas à Câmara Federal ainda no MDB, Edson Khair do Rio de Janeiro e Geraldo Siqueria Filho de São Paulo.

Estas edições especiais são boletins informativos e apresentam claramente alguns pontos programáticos da Convergência Socialista como a construção de comitês para formação do PS, Assembleia Constituinte democrática e soberana com participação de todos os partidos, incluindo o Partido Comunista e o Partido Socialista; aumento geral dos salários de 100%.

## **Conclusão**

Os aspectos discutidos compõem o quadro de como o jornal procurava influenciar no processo político brasileiro abrindo o caminho para uma nova oposição estabelecendo propostas programáticas que apresentassem o socialismo e a construção do partido socialista como alternativa política para os trabalhadores.

Portanto, pelos parágrafos anteriores, observamos no jornal “Versus” uma iniciativa de combinar nos debates políticos sobre o Brasil, a ideologia socialista e trabalhista. Neste momento, em que o movimento de massas voltava a ganhar as ruas e as eleições de 1978 se aproximavam, as alternativas político-partidárias não representavam os interesses de classes sociais que se polarizam, uma vez que ainda vigorava o bipartidarismo.

Esta situação cria um ambiente favorável para reivindicações como a de novos partidos, socialistas, trabalhistas e outros. Uma metodologia adotada pelo periódico foi a apresentação de ciclos de reportagens com intelectuais, militantes e alguns representantes políticos para discutir os principais temas que polarizavam o debate político da época como, o pluripartidarismo, anistia, eleições diretos, constituintes.

Acima de tudo, o jornal procurou denunciar o que seria uma saída conciliatória de transição representada pelo Frente Nacional de Redemocratização. Com isso, o jornal procurava postular-se como um autêntico instrumento de comunicação dos interesses da classe trabalhadora.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CAPELATO, Maria Helena - Imprensa e História do Brasil. Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985*, In: O Brasil Republicano 4. (org.) Jorge Luiz Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. 2ª edição, Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2007. pp 243-249.

BARROS FILHO, Omar de. *Versus: Páginas da utopia*. Rio de Janeiro: Beco do

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta: ScrittaEditorial, 1991.

REIS Filho, Aarão, Daniel; RIDENTI, Marcelo; e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Baurú: EDUSC, 2004.

REZENDE, Maria José. *A transição como forma de dominação política. O Brasil na era da abertura, 1980 – 1984*. Londrina\ EDUEL, 2006.

CÂNDIDO, Jeferson. *Dois lados da moeda? Versus, um jornal alternativo, e Cultura uma revista do MEC (1976 – 1978)*. Florianópolis, SC: UFSC. Dissertação de mestrado. 2008.

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Org). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.